



AEROPORTO REGIONAL DE MARINGÁ

Diretoria Executiva do SBMG

Diretoria Administrativa do SBMG

Compras e Licitações do SBMG

Av. Dr. Vladimir Babkov, S/Nº, - Bairro Parque Industrial Mario Bulhões, Maringá/PR
CEP 87065-665, Telefone: (44) 3366-3847 - <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt>

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S.A. – Coordenação de Resposta à Emergência.

2. BASE LEGAL

Legislação aplicável: Lei Federal nº 13.303/16 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispositivos da Lei 14.133/21 que se referem à modalidade de licitação denominada Pregão; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019, Decreto 3.555/00.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S.A. sugere, de acordo com a legislação vigente, a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista tratar-se de serviços de natureza comum cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Ainda, justifica-se a escolha da modalidade pregão, pelo contido na Lei 13.303/16, artigo 32, inciso IV, que recomenda a utilização da modalidade por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

3.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, nas propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio de licitação, respeitados os valores máximos unitários estipulados na planilha de custos.

4. MODO DE CONTRATAÇÃO

Contrato com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, até no máximo 60 meses, nos termos da Lei Federal 13.303/2016.

5. OBJETO

O presente termo de referência tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) no Aeroporto Regional de Maringá, abrangendo as instalações situadas no sítio aeroportuário e respectivas áreas de atuação operacional, mediante disponibilização de bombeiros de aeródromo (civil) devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente, observados os horários, locais e demais condições estabelecidas.

5.1. As atividades descritas no presente Termo de Referência visam atingir os seguintes objetivos:

- a) Atender às exigências do nível de proteção requerido para a categoria contraincêndio de aeroportos, conforme a Resolução nº 115 – ANAC, de 6 de outubro de 2009, com vigência a partir de 06/01/2010 e REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL - RBAC Nº 153 - EMENDA Nº 09 – de 19.09.2025 (Aeródromos - Operação, Manutenção e Resposta à Emergência) a contratação de empresa para execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) em aeronaves, nas instalações dentro do sítio aeroportuário e na área de atuação do Aeroporto de Maringá (SBMG)
- b) Evitar a descontinuidade no Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC).
- c) Realizar resgate e salvamento às vítimas de acidentes aeronáuticos e de incêndio, dentro das instalações aeroportuárias;
- d) Extinguir o fogo de aeronaves no sítio aeroportuário ou na sua área de atuação, assim como nas instalações aeroportuárias, e vegetação;
- e) Garantir o pronto atendimento às emergências aeronáuticas, atendendo ao tempo resposta exigido pelas normas (RBAC 153), e aos procedimentos operacionais constantes do PCINC, PLEM, PRAI, MGSO, MOPS e PSA.
- f) Dar todo suporte para transferir de ambulância as vítimas de acidentes aeronáuticos, de incêndio dentro das instalações aeroportuárias ou acometidas de mal súbito nas dependências do aeroporto.

6. Valor máximo da licitação:

O valor mensal máximo admitido pela Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A. para a presente licitação é de **R\$ 413.671,15 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos)**, perfazendo o valor global máximo de **R\$ 4.964.053,80 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos)** para o período de 12 (doze) meses.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Aeroporto de Maringá, classificado como aeródromo público Classe II, na categoria 7 de proteção contra incêndios (RBAC 153), é uma infraestrutura estratégica de transporte aéreo regional, operando com significativo fluxo de passageiros e aeronaves diariamente. A operação aeroportuária envolve complexidade e riscos inerentes, tornando imprescindível a contratação de Bombeiros de Aeródromo para a implementação dos Serviços de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndios em Aeródromos Civis (SESCINC).

De acordo com os critérios regulatórios obrigatórios estabelecidos, é imperativo que todos os operadores de aeródromos civis abertos ao transporte aéreo público no Brasil, bem como as pessoas físicas e jurídicas que atuam nessas áreas, cumpram integralmente os requisitos normativos aplicáveis. Nesse sentido, a classificação do aeródromo dita as especificidades e obrigações de segurança operacional, conforme disposto nas normas vigentes.

Dada a complexidade e os riscos inerentes à operação aeroportuária, o Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) desempenha papel crucial ao englobar um conjunto de atividades administrativas e operacionais voltadas à segurança contra incêndios. Sua principal finalidade é proporcionar ao aeródromo os recursos humanos e materiais indispensáveis para a proteção de vidas, mitigando eventuais incidentes e garantindo o cumprimento das exigências legais. Além disso, a contratação de bombeiros contribui para:

- Proteção de vidas humanas, assegurando resposta rápida a emergências;
- Proteção do patrimônio público e privado, incluindo aeronaves e instalações aeroportuárias;

- Redução de impactos operacionais, evitando paralisações e prejuízos econômicos;
- Conformidade legal e regulatória, garantindo que o aeroporto opere dentro dos padrões exigidos pela aviação civil.

Diante disso, a contratação de bombeiros especializados (bombeiros de aeródromo) é fundamental para assegurar a plena implementação dos serviços de segurança, prevenção e combate a emergências, alinhando o Aeroporto de Maringá aos mais elevados padrões operacionais de segurança pública e aviação civil.

8. ABREVIATURAS, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

AAL – Administração Aeroportuária Local;

AERÓDROMO – Área definida sobre a terra ou água, destinada à chegada, partida e movimentação de aeronave;

AEROPORTO – Aeródromo público dotado de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves, embarque e desembarque de pessoas e cargas;

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil;

ÁREA DE ATUAÇÃO – É a área prioritária para atendimento às emergências, onde o Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis (SESCINC) deverá atuar, contida num raio de 8 km, em torno do Ponto de Referência do Aeródromo (ARP), ou, quando não designado, do centro geométrico das pistas de pouso e decolagem existentes no aeródromo;

ARP (Aerodrome Reference Point) – Ponto de Referência do Aeródromo;

ATEBA – Aperfeiçoamento Técnico para Bombeiros de Aeroportos;

BA– Bombeiro de aeródromo: é o responsável pelo resgate de pessoas e combate a incêndio com habilitação específica para o exercício das funções operacionais do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis (SESCINC), correspondente ao Bombeiro Civil, nível básico, da Lei n.º 11.901 de 2009

BA-CE – Bombeiro de aeródromo chefe de equipe de serviço é o responsável pelo comando da equipe de serviço nas operações de resgate e combate a incêndios, correspondente ao Bombeiro Civil Líder, da Lei n.º 11.901 de 2009;

BA-MC – Bombeiro de aeródromo motorista/operador de CCI é o responsável pela condução e operação de carros contraincêndio de aeródromo (CCI), correspondente ao Bombeiro Civil, nível básico, da Lei n.º 11.901 de 2009;

BA-LR – Bombeiro de aeródromo líder de equipe de resgate é o responsável pela coordenação dos BA-RE nas operações de resgate, correspondente ao Bombeiro Civil, nível básico, da Lei n.º 11.901 de 2009;

BA-RE - Bombeiro de Aeródromo Resgatista é o responsável pelo resgate de pessoas e prestação dos primeiros socorros, correspondente ao Bombeiro Civil, nível básico, da Lei n.º 11.901 de 2009;

CAP-BA - Certificado de Aptidão Profissional de Bombeiro de Aeródromo;

CATCIS – Curso de Atualização Técnica em Contraincêndio e Salvamento;

CATEGORIA REQUERIDA – Classificação numérica ou alfanumérica, que se baseia no grau de risco peculiar

do aeródromo, e que corresponde a um determinado nível de proteção contraincêndio requerido;

CCI – Carro Contraincêndio;

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho;

CECIS – Curso de Especialização em Contraincêndio e Salvamento;

CEOCIS – Curso de Especialização para Oficiais em Contraincêndio e Salvamento;

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio;

COE – Centro de Operações de Emergência;

CRS – Carro de Resgate e Salvamento;

DEFASAGEM – Situação eventual e transitória que se caracteriza quando o nível de proteção contraincêndio existente em um aeródromo é menor que a categoria requerida para o mesmo, em face da indisponibilidade de recursos materiais e/ou humanos;

EABA – Estágio de Adaptação de Bombeiros para Aeródromos;

EPI – Equipamento de Proteção Individual;

EPR – Equipamento de Proteção Respiratória;

EP-SESCINC – Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis;

ESAIA – Exercício Simulado de Apoderamento Ilícito de Aeronaves;

ESAB – Exercício Simulado de Ameaça de Bomba;

ESATA – Empresa de Serviços Auxiliares do Transporte Aéreo;

ESEA – Exercício Simulado de Emergência em Aeródromo;

F. O. D - [Foreign Object Debris](#) ou [Damage](#) (Detritos de Objetos Estranhos)

FPCINC - Ficha de Levantamento de Infraestrutura e Recursos do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis SESCINC;

FTBA – Formação Técnica de Bombeiros para Aeródromos;

GS – Gerente de Seção Contraincêndio;

HELIPONTO – Aeródromo destinado, exclusivamente, à operação de helicópteros;

HELIPORTO – Heliporto público, dotado de instalações e facilidades para apoio de operações de helicópteros e de embarque e desembarque de pessoas e cargas;

IAC – Instrução da Aviação Civil;

INSPEÇÃO PERIÓDICA – Verificação periódica, realizada de acordo com as especificações técnicas do fabricante de veículos e equipamentos e orientações da ANAC, com o objetivo de preservar a vida útil dos equipamentos e das viaturas especializadas em salvamento e combate a incêndios, e viaturas de apoio;

IOG – Inspeção Operacional Geral realizada para verificação das condições operacionais dos CCI, do estado de conservação das edificações, dos mobiliários e dos utensílios da Seção Contraincêndio – SCI;

MGSO – Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional;

MOPS – Manual de Operações do Aeródromo;

MPCINC - Manual de Procedimentos Operacionais do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromo Civil;

OACI – Organização da Aviação Civil Internacional;

OC – Operador de sistema de comunicação – é o responsável pela operação do sistema de comunicação a SCI, correspondente ao Bombeiro Civil, nível básico, da Lei n.º 11.901 de 2009;

PAA – Pátio de Abastecimento de Aeronaves

PCINC – Plano Contraincêndio de Aeródromo;

PCM – Posto de Coordenação Móvel;

PLEM – Plano de Emergência em Aeródromo;

PLT – Programa Local de Treinamento para Bombeiros de Aeródromo;

PPAAI – Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

PSA – Programa de Segurança Aeroportuária;

PTR-BA – Programa de Treinamento Recorrente de Bombeiro de Aeródromo;

SASC – Gerência de Salvamento e Combate a Incêndios;

SASC-1 – Coordenação de Habilitação Técnica e Salvamento;

SASC-2 – Coordenação de Combate a Incêndios;

SBMG – Aeroporto regional de Maringá;

SCI – Seção Contraincêndio;

SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

SESCINC – Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos;

SISCON – Sistema de Contraincêndio do Comando da Aeronáutica;

TAF – Teste de Aptidão Física

TWR – Torre de Controle;

9. EFETIVO MÍNIMO DE PESSOAL NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE MAIOR RELEVÂNCIA.

9.1. O efetivo mínimo para execução dos serviços será composto de 34 (trinta e quatro) empregados, conforme tabela a seguir. A contratada deverá disponibilizar o efetivo demonstrado no quadro a seguir, considerando, inclusive, o contingente de empregados folguistas (1 BA-CE/MC – híbrido/cobrirá as folgas CCT dos Chefes de Equipe e de 2 BA-MC; 1 BA-MC Folguista/cobrirá as folgas CCT de 6 BA-MC; 2 BA2 Folguista/cobrirá as folgas CCT de 12 BA2; 1 OC Folguista (96 horas)/cobrirá as folgas CCT de 4 OC.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, CARGA HORÁRIA E QUANTIDADE DE POSTOS DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS				
CARGO	Escala de trabalho	Início	Fim	QUANTIDADE
Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (BA-CE), responsável pelo comando da equipe de serviço nas operações de resgate e combate a incêndios. Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	A definir	A definir	5
Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (BA-MC), condutor responsável pela condução e operação de CCI; Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	A definir	A definir	9
Bombeiro de Aeródromo 2 (BA-2), Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	A definir	A definir	15
Operador de Sistema de Comunicação (OC), responsável pelas atividades de comunicação e observação da área de movimento das aeronaves, Bombeiro civil mais curdo de BA- Bombeiro de Aeródromo 2 – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	A definir	A definir	5
TOTAL				34

9.2. EFETIVO TOTAL POR TURNO, NECESSÁRIO PARA O ATENDIMENTO REGULATÓRIO:

- a) 1 (um)** Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (BA-CE): responsável pelo comando da equipe de serviço nas operações de resgate e combate a incêndios;

- b) 2 (Dois)** Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (BA-MC): responsável pela condução e operação de CCI;
- c) 3 (Três)** Bombeiro de Aeródromo (BA2): responsável pelo resgate de pessoas e combate ao incêndio;
- d) 1 (um)** Operador de Sistema de Comunicação (OC): responsável pelas atividades de comunicação e observação da área de movimento das aeronaves; e

9.3. Para atendimento do artigo 5º da Lei 11.901/2009, a escala operacional será em regime de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso. A contratada deverá manter o efetivo distribuído em 04 (quatro) turnos operacionais.

9.4. A CONTRATADA deverá comprovar a capacidade física (aeróbico e anaeróbico) e psicológica das equipes que prestarão serviço de acordo com as exigências regulatórias da ANAC antes da realização dos referidos cursos regulatórios necessários ao exercício da função. O TAF (Teste de Aptidão Física) deverá ser realizado com a presença do fiscal do contrato.

9.5. Da possível alteração de Categoria do Aeródromo e da CAT do SESCINC

Atualmente, o Aeroporto de Maringá encontra-se classificado como Categoria de Combate a Incêndio (CAT) 7, enquadrado como aeródromo Classe II, conforme critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contudo, ressalta-se que Classe do aeródromo e, conseqüentemente, a CAT do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC), estão diretamente vinculadas a fatores operacionais, tais como o tipo de aeronave atendida e o volume de passageiros embarcados, podendo sofrer alterações ao longo da vigência contratual.

Dessa forma, eventual alteração de Classe poderá implicar, automaticamente, na reclassificação da CAT do SESCINC, acarretando a necessidade de adequação do efetivo operacional, bem como da estrutura organizacional da Seção Contra Incêndio.

Nessa hipótese, poderão ocorrer:

- Ajustes na quantidade de profissionais alocados;
- Inclusão ou readequação de funções operacionais, tais como Bombeiro de Aeródromo Líder de Resgate (BA-LR) Bombeiro de Aeródromo Resgatista (BA-RE) e outras previstas em regulamentação específica;
- Adequação aos requisitos técnicos e operacionais exigidos pela ANAC.

Fica estabelecido que, em caso de alteração da Classe do aeródromo e/ou da CAT do SESCINC, a contratante e a contratada deverão promover os ajustes necessários ao pleno atendimento das novas exigências regulamentares, incluindo a adequação do efetivo e das funções, mediante formalização por meio de termo aditivo contratual.

As referidas adequações deverão observar, obrigatoriamente, o disposto nos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil – RBAC 153 da ANAC, bem como demais normativos aplicáveis ao SESCINC

Ressalta-se que tais alterações constituem hipótese previsível, inerente à dinâmica operacional aeroportuária, devendo a contratada manter capacidade técnica e operacional para atendimento às possíveis mudanças ao longo da execução contratual.

10. UNIFORMES E EPI'S

Os uniformes deverão ter no mínimo os seguintes itens e periodicidade de substituição:

10.1. Uniforme Individual:

UNIFORME	QTID.	PERIODICIDADE
Camiseta de algodão manga curta polo – vermelha, com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	4	Anual ou em condições de desgaste
Calça de brim – cáqui. Faixa refletiva, com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	2	Anual ou em condições de desgaste
Camisa de brim de manga longa (gandola) – cáqui, faixa refletiva, com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	2	Anual ou em condições de desgaste
Cinto de náilon	1	Anual ou em condições de desgaste
Boné de brim cor a vermelho; com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	1	Anual ou em condições de desgaste
Japona forrada em brim – cáqui; com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	1	Anual ou em condições de desgaste
Par de sapato (coturno), na cor preta, com C.A.	1	Anual ou em condições de desgaste
Camiseta sem manga branca (educação física), com a logo do Aeroporto Regional de Maringá.	2	Anual ou em condições de desgaste
Short vermelho (educação física), com a logo do Aeroporto Regional de Maringá	2	Anual ou em condições de desgaste
Credencial aeroportuária	1	Bianual

10.2. Equipamento de proteção Individual (EPI)

- a) A contratada deverá fornecer (por sua conta) todos os equipamentos de proteção individual – EPI (necessários ao desenvolvimento das funções de seus empregados, conforme a legislação determina.
- b) Os tipos e modelos de Equipamento de proteção Individual (EPI) deverão seguir o padrão estabelecido e serem pré-aprovados pelo Operador Aeroportuário (Contratante).
- c) O fornecimento deverá ter no mínimo os seguintes itens e periodicidade de substituição:

EPI'S	QTID.	PERIODICIDADE
Protetor Auricular tipo concha C.A válido	1	Anual
Protetor Auricular tipo plug C.A válido	2	Anual
Colete Refletivo na cor laranja	2	Anual

Trajes de Proteção (TP)	Fornecido pela contratante
-------------------------	----------------------------

d) Dos Trajes de Proteção (TP)

- a)** Os Trajes de Proteção (TP), compostos pelos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados ao combate a incêndio, serão disponibilizados pelo Aeroporto de Maringá aos colaboradores vinculados à execução contratual.
- b)** O conjunto de proteção deverá seguir o padrão operacional adotado pelo Aeroporto de Maringá, sendo composto, no mínimo, por:

Capacete para combate a incêndio modelo Gallet com C.A válido;
Roupa de aproximação (calça e Blusão) com C.A válido;
Luvas de Couro de bombeiro para combate a incêndio com C.A válido;
Botas para combate a incêndio com C.A válido;
Capuz (tipo balaclava).

- c)** O Traje de Proteção (TP), bem como os demais Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados às atividades de combate a incêndio deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza pelos colaboradores que os utilizam;
- d)** Cada bombeiro deverá apresentar-se ao serviço portando obrigatoriamente seu Traje de Proteção (TP) e todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para o desempenho seguro de suas atividades;
- e)** A empresa contratada e contratante será responsável por fiscalizar e exigir de seus colaboradores a correta utilização de todos os EPIs durante a execução das atividades operacionais;
- f)** A higienização do Traje de Proteção (TP) deverá ser realizada de forma individual por cada bombeiro (pela contratada), seguindo rigorosamente as orientações, procedimentos e recomendações estabelecidas no manual do fabricante e/ou nas diretrizes da empresa contratada, garantindo a conservação, integridade e eficiência dos equipamentos de proteção;
- g)** Não será autorizada a utilização de Trajes de Proteção (TP) que não sejam aqueles aprovados pela contratante. Todos os equipamentos deverão atender aos padrões técnicos e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme os registros e controles de Equipamentos de Proteção Individual dos colaboradores
- h)** Em caso de dano ao Traje de Proteção (TP) durante o atendimento de ocorrências ou no exercício das atividades operacionais, o colaborador deverá comunicar imediatamente o fato por meio de formulário específico de registro. Após a devida avaliação, o equipamento danificado será substituído pela contratante, a fim de garantir a continuidade da segurança operacional;
- i)** Na hipótese de desligamento de colaborador, e não sendo possível o reaproveitamento do Traje de Proteção (TP) pelo substituto, a empresa contratada deverá arcar integralmente com o fornecimento de novo TP, em conformidade com o padrão vigente adotado pelo Aeroporto de Maringá. Fica estabelecido que o valor correspondente poderá ser descontado dos créditos devidos à contratada, desde que observadas as disposições contratuais e a legislação aplicável.
- j)** Na eventual necessidade de aquisição de novos Trajes de Proteção (TP), a CONTRATADA poderá fornecê-los aos seus colaboradores, desde que observados integralmente os padrões vigentes adotados pelo aeroporto. Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante comprovação da efetiva aquisição e apresentação dos documentos pertinentes à CONTRATANTE, nos termos da legislação e das disposições contratuais aplicáveis.

10.3. Do rádio portátil

A contratada deverá fornecer rádios portáteis, com as seguintes especificações mínimas, quantidades e periodicidade, descritas no quadro abaixo:

Materiais e Equipamentos	QTID.	PERIODICIDADE (vida útil)
Rádio portátil, acompanhando bateria e carregador de mesa. Modelo DEP 450 Motorola ou similar compatível com aparelhos utilizados no Aeroporto Regional de Maringá já programado os canais. O rádio deve compor os Fone C/ Microfone De Lapela Para os Rádios e capa proteção de couro para o rádio + alça.	14	Quinquenal, ou antes, em caso de desgaste ou quebra.
Notebook com as seguintes características. Modelo de referência: Acer Aspire 16 A16-71M. Processador: Intel Core Ultra 5 115U; Memória RAM: mínimo 16 GB. Sistema Operacional: Windows 11; Placa de vídeo: Intel; Memória RAM: Mínimo de 16 GB; Armazenamento: Mínimo de 512 GB SSD; Conexão Wi-Fi e bluetooth.	01	Quinquenal, ou antes, em caso de desgaste ou quebra

10.4. Os rádios de comunicação utilizados na execução dos serviços deverão estar em pleno funcionamento, devidamente configurados e acompanhados de todos os acessórios e itens exigidos pela contratante, garantindo a comunicação eficiente durante as atividades operacionais e atendimentos de emergência.

10.5. A empresa contratada deverá assegurar que os equipamentos estejam sempre em condições adequadas de uso, incluindo bateria em perfeito estado, carregadores e demais componentes necessários para sua plena operação.

10.6. O não fornecimento dos equipamentos de comunicação, bem como a disponibilização de equipamentos inoperantes ou em desacordo com as especificações estabelecidas pela contratante, sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas em contrato, incluindo a aplicação de multa conforme disposto no edital e seus anexos.

11. MÃO DE OBRA A SER EMPREGADA NOS SERVIÇOS

11.1 Para a contratação dos serviços, a CONTRATADA deverá atender às exigências dispostas neste item na composição do quadro de pessoal, no âmbito do SESCINC;

11.2 Somente serão aceitos para execução dos serviços, bombeiros de aeródromo devidamente habilitados para o exercício da profissão, conforme determina a legislação trabalhista, da aviação civil, legislação estadual, e que atendam aos seguintes requisitos:

- a)** Estar em dia com as obrigações militares (aplicável ao sexo masculino);
- b)** Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c)** Pertencer ao quadro de empregados da CONTRATADA;
- d)** Ter instrução correspondente ao ensino médio (2º grau) completo ou superior, por tratar-se de serviço que exige o conhecimento de várias normas e instruções, que serão aplicadas em um meio onde a tecnologia está sempre avançando, e considerando que os empregados operarão equipamentos de alta tecnologia agregada;
- e)** Apresentar atestado de aptidão física emitido por médico, com registro válido no Conselho Regional de Medicina anualmente;
- f)** Apresentar, anualmente, atestado de aptidão psicológica emitido por psicólogo com registro no Conselho Regional de Psicologia;
- g)** Apresentar atestado de bons antecedentes, conforme IS 107.93 (Seções f.20.21, subitem 8, página 64) da ANAC, ou seja, “antecedentes sociais levantados na localidade de domicílio do credenciado, certidão negativa junto aos órgãos de justiça que comprovem a idoneidade do solicitante”;
- h)** Apresentar certificado de conclusão do curso de Formação de Bombeiro Profissional Civil, em atendimento

à ABNT NBR 14608 (última versão) expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo Corpo de Bombeiro Militar do Estado, ou outro órgão competente, ou certificado de curso de formação dos Corpos de Bombeiros Militares;

- i) Apresentar certificado do Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2) ou curso equivalente, como Curso, Estágio ou Formação de Bombeiro de Aeródromo, reconhecidos pela ANAC e listados no RBAC nº 153, última Emenda e Instrução Suplementar (IS) nº 153.417, para todos os bombeiros de aeródromo, independentemente da função a ser exercida no SESCINC;
- j) Apresentar o Certificado de CAP-BA válido, ministrado por uma OE-SESCINC, com periodicidade de renovação conforme a Classe do aeródromo, por meio do certificado de conclusão do Curso de Atualização Técnica para Bombeiros de Aeródromo (CBA-AT), ou apresentar o certificado do CBA-AT conforme requisitos da ANAC constante no RBAC 153;
- k) Apresentar o Certificado do Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (CBA-MC) ou curso equivalente, conforme relação de cursos equivalentes ao CBA-MC reconhecidos pela ANAC e listados no RBAC 153, para os bombeiros de aeródromo que exercerão a função operacional de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (BA-MC);
- l) Apresentar o Certificado do Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE) ou curso equivalente, conforme relação de cursos equivalentes ao CBA-CE reconhecidos pela ANAC e listados no RBAC 153, para os bombeiros de aeródromo que exercerão a função operacional de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (BA-CE);

11.3 Função: Bombeiro de Aeródromo (CBA-2)

- a) **Formação e experiência:** instrução correspondente ao ensino médio (2º grau) completo, ser maior de 18 anos, no mínimo; carteira de habilitação categoria B, no mínimo; conclusão do curso de Formação de Bombeiro Profissional Civil, expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo Corpo de Bombeiro Militar do Estado, ou outro órgão competente, ou certificado de curso de formação dos Corpos de Bombeiros Militares e aprovação no Curso, Estágio ou Treinamento de capacitação técnica para atuar em Aeródromo cursos de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2): habilita para atuação em qualquer aeródromo, (EABA FTBA CECIS EPB CBBA): Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2).
- b) Responsável pelo resgate de pessoas e combate a incêndios;
- c) Manter um controle do estoque de agentes extintores e materiais de serviços;
- d) Conferir quantidade e funcionamento dos equipamentos de uso do SESCINC, tais como serra sabre, serra circular, motosserra, desencarcerador, gerador de energia, entre outros;
- e) Organizar o material estocado devendo estar escriturado em fichas próprias que forneçam, entre outros dados, o estoque mínimo recomendado para cada item e os locais de armazenagem (depósito, prateleira, etc.) e ajudar na limpeza dos veículos de combate a incêndio;
- f) Observar, obrigatoriamente, as orientações emitidas pelos fabricantes e ANAC quanto aos cuidados com a estocagem dos agentes extintores e armazenamento de materiais;
- g) Inspeccionar rotineiramente os recursos de proteção contraincêndio das edificações, como: extintores portáteis de incêndio, hidrantes, sistema de detecção de incêndio etc. e informar eventuais não conformidades ao gestor do contrato.

11.4 Função: Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (BA-MC)

- a) **Formação e experiência:** Cursos de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI: obrigatório para a função de motorista de CCI, ele que conduzirá a equipe até a possível ocorrência;

formação de Bombeiro de Aeródromo (CBA-2); possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria "D", ter o curso de condutor de veículo de emergência (CVTE) válido, ser aprovado no Curso de Direção Defensiva do aeroporto de Maringá SBMG e participar dos cursos de Familiarização AVSEC e SGSO e DDA;

- b) Os motoristas devem receber instrução específica, bem como avaliações periódicas, por meio de exames orais, escritos e práticos, abrangendo os cuidados ao dirigir (regras) e a maneira correta de dirigir (correção de vícios, etc.);
- c) Responsável pela condução e operação do CCI;
- d) Vistoriar os CCI e demais viaturas disponibilizadas pela CONTRATANTE, sob sua responsabilidade, verificando itens como: nível de combustível, óleo, fluidos, conservação do veículo, nível do reservatório dos agentes extintores, limpeza simples e polimento, preenchendo formulário de verificação diária;
- e) Manter os CCI plugados nas tomadas de alimentação de energia elétrica e de ar comprimido existentes na SCI, ou em outro local determinado pela CONTRATANTE;
- f) Inspecionar rotineiramente os recursos de proteção contraincêndio das edificações, como: extintores portáteis de incêndio, hidrantes, sistema de detecção de incêndio etc. e informar eventuais não conformidades ao gestor do contrato

11.5 Função: Bombeiro de Aeródromo Chefe da Equipe (BA-CE)

a) Formação e experiência: Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe da Equipe de Serviço: obrigatório para a função descrita no parágrafo 153.415(a)(3) RBAC; formação de Bombeiro de Aeródromo (CBA-2); carteira de habilitação categoria B, no mínimo. Além disso, deverá ser assegurado que ao menos 01 (um) dos Chefes de Equipe possua, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo – Motorista/Operador de CCI, obrigatório para a condução do Carro Contra Incêndio (CCI) e operação do equipamento em atendimento às possíveis ocorrências;
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria "D".

- b) Encarregado do comando da equipe de serviço nas operações de resgate e combate a incêndios;
- c) O BA-CE é o comandante das operações no local do sinistro no seu turno e deverá liderar os componentes de sua equipe de forma a conseguir o melhor rendimento durante as ações;
- d) Cumprir e fazer cumprir os procedimentos estabelecidos informados pela contratante, referente à padronização da rotina de troca de turno das equipes do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndios (SESCINC);
- e) Supervisionar e orientar a sua equipe de serviço;
- f) Cumprir e fazer cumprir o Programa de Treinamento Recorrente para Bombeiros de Aeródromo (PTR-BA);
- g) Elaborar e atualizar o Programa de Treinamento Recorrente para Bombeiros de Aeródromos (PTR-BA);
- h) Atuar como interlocutor da CONTRATADA junto à autoridade designada pela CONTRATANTE;
- i) Garantir a ordem junto aos seus colaboradores, exercendo diretamente a autoridade administrativa e operacional sobre o seu pessoal;

- j) Desenvolver suas atividades em consonância com os normativos da CONTRATANTE, da ANAC e demais orientações da CONTRATADA;
- k) Propiciar condições para efetivo cumprimento das atribuições dos Fiscais da CONTRATANTE;
- l) Participar de inspeções realizadas pela CONTRATANTE ou pela ANAC, no próprio Aeroporto;
- m) Cumprir e fazer cumprir as determinações contidas nos relatórios de inspeções da CONTRATANTE e da ANAC;
- n) Em conjunto com os representantes da CONTRATANTE, participar da elaboração e atualização do PCINC;
- o) Quando solicitado pela CONTRATANTE, designar instrutores e/ou monitores de seu efetivo, para ministrar instruções técnico-especializadas em combate a incêndio, resgate e primeiros socorros à comunidade aeroportuária e sua equipe nas instruções do PTR-BA;
- p) Responsabilizar-se por todos os bens disponibilizados pela CONTRATANTE.
- q) Participar desde o planejamento até a execução de Simulados de Emergência em Aeródromo – ESEA.
- r) Realizar a aferição do tempo-resposta coordenada com os representantes da CONTRATANTE.
- s) Elaborar relatórios de atuação do SESCINC em todas as ocasiões em que o Serviço for acionado e encaminhar à CONTRATANTE.
- t) Inspeccionar rotineiramente os recursos de proteção contra incêndio das edificações, como: extintores portáteis de incêndio, hidrantes, sistema de detecção de incêndio etc. e informar eventuais não conformidades à CONTRATANTE.
- u) O Chefe de Equipe de Serviço e Motorista deverão passar o serviço para os seus substitutos no próximo plantão.

11.6 Função: Bombeiro de Aeródromo Comunicador (OC)

- a) **Formação e experiência:** Operador de Sistema de Comunicação (OC), responsável pelas atividades de comunicação e observação da área de movimento das aeronaves; formação de Bombeiro de Aeródromo (CBA-2); carteira de habilitação categoria B, no mínimo.
- b) responsável pela comunicação e pela observação da área de movimentação das aeronaves.

11.7 Certificações Complementares: Curso de Primeiros Socorros ou equivalente, reconhecido pela autoridade de saúde competente, para as funções descritas nos parágrafos 153.415(a)(4) e 153.415(a)(5) RBAC.

11.8 Atualização de Competências: A contratada deve garantir que os profissionais que exercem as funções descritas nos parágrafos 153.415(a)(1) a 153.415(a)(5) tenham suas competências devidamente atualizadas. Para isso, é necessária a aprovação em Curso de Habilitação ou Curso de Atualização, com validade de até 4(quatro) anos para profissionais atuantes em aeródromos de Classes I e II.

- a) Atualmente o Aeroporto Regional de Maringá tem sua classificação com o Classe II. Caso ocorra a mudança para classe III e IV, a atualização deverá ser realizada a cada 2 anos, conforme a RBAC 153.

11.9 A empresa contratada será responsável pelo custeio e pela gestão da formação dos profissionais, bem como pela atualização de suas qualificações sempre que necessário. Quando a validade das certificações estiver próxima do vencimento, a empresa deverá providenciar a realização dos cursos necessários e, simultaneamente, garantir a substituição temporária dos profissionais em treinamento, assegurando a manutenção do efetivo do SCI na categoria de combate a incêndio.

11.10 A contratada deverá dispensar o colaborador que não for aprovado no curso de capacitação ou que não for considerado apto em todas as etapas e avaliações do Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo (CBA), Curso de Operador de Carro Contra Incêndio (CCI) ou Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (CBA-CE). Nos testes físicos, o candidato deverá ser aprovado no Teste de Aptidão Física (TAF) realizado pela contratada, bem como nos testes realizados pela ANAC durante fiscalizações. Caso o colaborador não esteja apto, a empresa terá que tomar as providências cabíveis para o substituí-lo de imediato até que o candidato esteja apto novamente.

11.11 A acumulação de mais de uma das funções descritas no parágrafo 153.415(a) por um mesmo Bombeiro de Aeródromo só será permitida em casos específicos;

11.12 Os bombeiros profissionais civis da CONTRATADA deverão possuir todos os cursos de habilitação, atualização e especialização para bombeiros de aeródromo exigidos na legislação de acordo com a função operacional que atuará no SESCINC, e a capacitação técnica necessária ao desempenho de cada função operacional do bombeiro de aeródromo será comprovada por meio da apresentação do certificado de conclusão dos cursos de habilitação (CBA2), especialização (CBA-CE, CBA-MC) e atualização (CBA-AT).

12 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESPONSABILIDADES.

12.1 As atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais contratados incluem: realizar os serviços especializados de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves, nas instalações dentro do sítio aeroportuário e na área de atuação, com o emprego de mão de obra habilitada com cursos específicos reconhecidos pela ANAC, e atender às exigências do nível de proteção contraincêndio requerido do aeroporto, conforme as Subpartes F e G da última Emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 153/ANAC e Instrução Suplementar (IS), da ANAC, aplicáveis, evitando a situação de redução de recursos ou a descontinuidade dos serviços por falta de efetivo habilitado. Prioritariamente, salvar vidas, prestar socorro, resgatar vítimas de acidentes aeronáuticos e emergências aeroportuárias no sítio aeroportuário, nas instalações aeroportuárias ou na área de atuação do SESCINC, promovendo o isolamento de áreas consideradas de risco durante operações de emergência e auxiliando na remoção dos destroços de aeronaves acidentadas e desinterdição na área de movimento de aeronaves.

12.2 Prevenção e combate a incêndios: Monitoramento contínuo de áreas críticas, inspeção sistemática dos equipamentos de combate a incêndio e pronta resposta a situações de emergência. Realização de inspeções em todo o sistema de combate a incêndio das instalações do aeroporto (mangueiras, extintores, sinalização, entre outros), com emissão de parecer técnico sempre que necessário

12.3 Salvamento e resgate: Atendimento a vítimas em acidentes aeronáuticos, aplicação de técnicas de primeiros socorros e remoção segura de passageiros. Constitui atividade prioritária o resgate de pessoas e salvamento de vidas humanas envolvidas em acidentes aéreos, no sítio aeroportuário ou na área de atuação, e nas instalações aeroportuárias, inclusive nos Terminais de Cargas;

12.4 Treinamento e simulações: Participação em exercícios simulados de emergência para aprimorar a resposta a incidentes e fazer cumprir o Programa de Treinamento Recorrente de Bombeiro de Aeródromo - PTR-BA.

12.4.1 O PTR-BA tem como objetivo manter o nível de proficiência adquirido durante o processo de habilitação dos profissionais do SESCINC, além de proporcionar a familiarização com as particularidades do aeródromo, das aeronaves que nele operam e com os procedimentos previstos na planificação de emergência. O treinamento deverá ser realizado enquanto a equipe estiver em serviço no aeródromo, desde que não

comprometa a prontidão do SESCINC nem o atendimento a possíveis emergências;

12.4.2 Diariamente, os registros do PTR-BA devem ser preenchidos conforme a instrução aplicada e enviados ao coordenador de resposta a emergências. Os documentos devem ser digitalizados e encaminhados via e-mail, acompanhados do Livro Eletrônico e das fotos do treinamento. O PTR-BA deve ser cumprido sua carga horária mensal conforme informado pela ANAC, a (lista de presença de ser assinada e registros das atividades executadas).

12.4.3 O PTR-BA deve ser executado em conformidade com a última Emenda ao RBAC nº 153 e IS 153.37-001-B, contemplando no mínimo:

- a) Atividades planejadas para cada membro de sua equipe de serviço nas diversas emergências, incluindo as caracterizadas no PLEM e no PCINC.
- b) Atividades voltadas à manutenção do condicionamento físico dos profissionais em atividade no SESCINC, diariamente.

12.4.4 A CONTRATADA deverá evidenciar a efetiva execução do PTR-BA, cumprindo uma carga horária individual mínima de 16 horas de treinamento mensal, excluída a atividade física.

12.4.5 A evidência de cumprimento se dará por meio registro fotográfico e, principalmente, por meio do preenchimento e arquivo de registro de frequência contendo no mínimo: data de realização do treinamento, tema abordado, carga horária, identificação e assinatura do instrutor e lista de presença assinada.

12.4.6 O programa de treinamento, bem planejado e executado, deverá atingir os seguintes objetivos, para a instrução de rotina ou de manutenção:

- a) Desenvolvimento da capacitação profissional dos Bombeiros Civis de Aeródromo, com ênfase na atuação do grupo e no conhecimento e uso dos equipamentos de combate a incêndio disponíveis;
- b) Instruir o pessoal quanto à aplicação de métodos e procedimentos universalmente aceitos e reconhecidos e que possam contribuir para a eficácia do resgate e a sobrevivência das vítimas;
- c) Criar oportunidade para a discussão, análise e experiências adquiridas com acidentes, incidentes ou emergências reais;
- d) Elevação do espírito-de-corpo entre o pessoal, por meio da conscientização dos riscos e perigos que podem encontrar na condução de suas tarefas;
- e) Manutenção permanente do elevado nível de alerta dos Bombeiros Civis de Aeródromo

12.4.7 Realização de Treinamento de Direção Defensiva em Aeroportos, Familiarização AVSEC e Palestra de SGSO pelo SBMG;

12.4.8 Participar de integração e intercâmbio com demais órgãos de salvamento, saúde e resgate do entorno do Aeroporto em eventos promovidos pelo coordenador de resposta emergência do SBMG;

12.5 Checagem de equipamentos e veículos: Verificação periódica de veículos de combate a incêndio e demais equipamentos de apoio ao resgate, tais como sistemas de espuma e extintores, entre outros, quanto às suas condições operacionais.

12.5.1 Os CCI são veículos especiais, sofisticados, com alta tecnologia embarcada e de alto valor agregado, devendo ser tomado todo o cuidado para a sua conservação;

12.5.2 Quanto aos CCI, é importante ressaltar que deverão ficar plugados nas tomadas de alimentação de energia elétrica e de ar-comprimido do SCI.

- 12.5.3** Os motoristas deverão ser habilitados e treinados nos CCI, devendo ter plena consciência dos seus recursos e das suas limitações;
- 12.5.4** De preferência, os carros deverão ser operados sempre pelas mesmas equipes, estabelecendo-se assim maior responsabilidade delas em relação aos veículos;
- 12.5.5** Realizar deslocamentos dos CCI de 01 (um) a 02 (dois) km (quilômetros), pelo menos, de 02 (duas) a 03 (três) vezes por semana, perfazendo um total de, no mínimo, 05 (cinco) km (quilômetros) por semana, para que seus sistemas não se deterioreem por falta de uso;
- 12.5.6** Manter controle de quilometragem ou do número de horas de funcionamento dos CCI, fazendo levantamentos mensais de consumos e rodagens, para acompanhamento do histórico das viaturas.
- 12.5.7** Efetuar diariamente o check list de viaturas, conforme formulário específico.
- 12.5.8** Realizar a conservação e limpeza dos CCI e equipamentos e executar inspeção diária, no que se refere ao perfeito funcionamento e disponibilidade, devendo registrar em formulário próprio.
- 12.5.9** Os motoristas condutores dos CCI serão integralmente responsáveis por todos os atos praticados durante a condução, operação e utilização do veículo, bem como pela correta guarda, conservação e uso de todos os equipamentos, acessórios, ferramentas, sistemas e materiais embarcados ou vinculados ao CCI, devendo possuir pleno conhecimento técnico acerca de sua operação e funcionamento. A empresa contratada responderá solidariamente pelos atos de seus condutores e empregados, inclusive por danos, avarias, perdas, mau uso, utilização inadequada, desperdício, negligência, imprudência ou imperícia relacionados ao veículo, aos equipamentos e aos materiais utilizados na execução das atividades. No que se refere à utilização de materiais de consumo, tais como LGE, pó químico e quaisquer outros insumos empregados na operação, o condutor deverá utilizá-los de forma adequada, racional e estritamente necessária, observando os procedimentos operacionais aplicáveis. Qualquer desperdício, perda, dano ou utilização indevida sem justificativa técnica ou operacional será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, sem prejuízo da responsabilização individual do respectivo condutor.
- 12.6 Estocagem de material:** o SESCINC deve manter um sistema de controle de estoque eficiente de agentes extintores e materiais de serviços. Todo o material estocado deverá estar escriturado em fichas próprias que forneçam, entre outros dados, o estoque mínimo recomendado para cada item e os locais de armazenagem (depósito, escaninho, prateleira, etc.). Quanto aos cuidados com a estocagem dos agentes extintores, devem ser obrigatoriamente observadas as orientações emitidas pelo fabricante, sendo que os agentes extintores deverão ser estocados em lotes, por data de validade e tipo de fabricante. Devendo ainda, ser fixado nos CCI as informações referentes ao último abastecimento de agentes extintores com suas devidas especificações, visando atender aos requisitos de miscibilidade
- 12.7 Coordenação com equipes aeroportuárias:** Comunicação com controladores de tráfego aéreo e equipes de segurança para garantir operações seguras.
- 12.8** Ter o conhecimento das áreas no aeródromo que irá exercer a sua função.
- 12.9** Cumprir e estudar com o estabelecido no PLEM, PCINC, PRAI, MGSO, MOPS e demais legislações pertinentes.
- 12.10** Na execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços especializados de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em aeronaves dentro do sítio aeroportuário e na área de atuação até 8 (oito) km e, se for julgado necessário pela CONTRATANTE, fora do raio de 8 (oito) km, assim como nas instalações aeroportuárias, inclusive nos Terminais de Logística de Cargas – TECA, PAA e demais áreas jugadas pelo responsável do contrato, e conforme as normas e instruções da OACI, ANAC e SBMG definidas neste Termo de Referência.

- 12.11** Prover isolamento de áreas consideradas de risco, durante operações de emergência, inclusive nos Terminais de Cargas;
- 12.12** Auxiliar na remoção dos destroços de aeronaves acidentadas e desinterdição de pistas e pátios de manobras;
- 12.13** Zelar pela conservação e limpeza dos CCI, bem como de toda a infraestrutura dedicada à SCI;
- 12.14** Realizar vistoria nas áreas aeroportuárias, mensalmente, verificando as condições e a situação de funcionamento dos equipamentos de proteção contraincêndio disponibilizados;
- 12.15** Realizar o afugentamento de aves, a remoção de animais, carcaças e F.O.D. na área de manobras; efetuar a captura de fauna e avifauna doméstica, incluindo abelhas, nas áreas internas do aeroporto; e repassar as informações ao representante do SBMG para registro e lançamento nos indicadores da área;
- 12.16** O responsável chefe de equipe deverá informar imediatamente à contratante, por telefone ou qualquer outro meio estabelecido pelo Aeroporto, sempre que for constatada uma defasagem que altere o nível de proteção contraincêndio existente, para que sejam tomadas as providências cabíveis, visando o pronto restabelecimento da categoria requerida. Em seguida e obrigatoriamente, deverá encaminhar comunicação formal.
- 12.16.1** A defasagem será caracterizada quando o nível de proteção contraincêndio existente no aeroporto for menor que a categoria requerida para o mesmo, conforme a Resolução nº 115 da ANAC, em face da indisponibilidade de recursos materiais e/ou humanos. Constatada a defasagem, o responsável pelo SESCINC ou, nos horários fora do expediente, o Chefe de Equipe de Serviço, deverá:
- 12.17** Colaborar com a revisão do PCINC – Plano Contraincêndio em conjunto do PLEM e PRAI;
- 12.18** Realizar ações de mitigação após vazamentos de combustíveis e derramamentos de fluídos em geral;
- 12.19** Participar das reuniões e das ações da Brigada de incêndio, quando houver;
- 12.20** Execução do Tempo Resposta e/ou Posicionamento para Intervenção, conforme QTM – Quadro de Trabalho Mensal;
- 12.21 Relatório de Operações de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeronaves** : sempre que ocorrer no aeródromo atendimento à emergência classificada como CONDIÇÃO DE SOCORRO, os dados devem ser compilados pelo responsável pelo SESCINC e apresentados em relatório, de acordo com modelo disponível no Apêndice III ao Anexo à Resolução nº 115 da ANAC. Esse relatório deverá ser encaminhado ao coordenador de resposta à emergência, que encaminhará à ANAC.
- 12.21.1** Nos demais tipos de acionamento do SESCINC, a ANAC deverá ser notificada por meio de formulário próprio, desenvolvido a critério do coordenador de resposta à emergência, contendo no mínimo, as seguintes informações: identificação do aeródromo, tipo de emergência, tipo, prefixo e operador (pessoa física ou jurídica) da aeronave, pane ou situação que caracterizou o acionamento e uma descrição sucinta da emergência e da atuação da Equipe de Serviço.
- 12.21.2** Deverão também ser relacionados no formulário a critério do coordenador de resposta à emergência, os acionamentos do SESCINC para atendimento a todas as ocorrências não relacionadas com emergência envolvendo aeronaves tais como: fogo na vegetação circundante à área do aeródromo que coloque em risco a operação aérea, desinterdição de pista, vistoria de pista, emergências nas edificações e instalações aeroportuárias, remoção de animais e dispersão de avifauna, etc. Esses relatórios originais, devidamente assinados pelo responsável do SESCINC, deverão ser encaminhados mantida em arquivo na própria SCI e outra cópia deverá ser encaminhada ao coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá

12.22 Apresentação de Relatórios: A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO relatórios bimestrais dos serviços prestados, descrevendo todas as ações de prevenção e emergência realizadas, inclusive aquelas solicitadas pelo CONTRATANTE.

12.22.1 Os relatórios das operações de salvamento e combate a incêndios e relatórios de quaisquer ocorrências deverão ser elaborados pela CONTRATADA;

12.22.2 Sempre que ocorrer no aeródromo atendimento à emergência aeronáutica, os dados deverão ser compilados pelo BA-CE e apresentados em relatório, de acordo com modelo/formulário disponibilizado pela ANAC; os relatórios deverão ser elaborados em até 48 (quarenta e oito) horas para acionamentos envolvendo aeronave, condição de socorro ou condição de urgência, e deverão ser encaminhados à CONTRATANTE para posterior encaminhamento à ANAC,

12.22.3 Deverão também ser relacionados pela CONTRATADA em formulário, os acionamentos do SESCINC para atendimento a todas as ocorrências não relacionadas com aeronaves, tais como: fogo na vegetação circundante à área do aeródromo quando da interferência nas operações aéreas e possíveis danos aos auxílios à navegação aérea, desinterdição de pista, emergências nas edificações e instalações aeroportuárias, remoção de animais e dispersão de avifauna, etc. para posterior encaminhamento à CONTRATANTE bimestralmente;

12.22.4 As ocorrências não aeronáuticas deverão constar em relatório sucinto contendo: data, hora, descrição sucinta da ocorrência/acionamento, descrição sucinta da atuação da equipe de serviço e recursos utilizados.

12.22.5 A CONTRATADA deve manter cópia na SCI de todos os acionamentos e ocorrências aeronáuticas e não aeronáuticas;

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos deste TERMO DE REFERÊNCIA e dos documentos dele decorrentes, e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATADA;

13.1 Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados, assumindo responsabilidade legal, administrativa e técnica pela correta execução dos serviços e pela qualidade dos mesmos, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas do aeroporto ou no raio de até 8 km em volta do SBMG, indenizado a parte prejudicada, se for o caso;

13.2 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção, em escala de revezamento e para as devidas substituições, seja por qualquer motivo (férias, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos), obedecido às normas legais vigentes;

13.3 Guarnecer a SCI com um efetivo composto de pessoal treinado em técnicas de salvamento e combate a incêndio em aeronaves e edificações, conforme Plano Anual de Instrução a ser elaborado pelo coordenador de resposta emergência do SBMG e do SESCINC e aprovado pelo acordo com os critérios e normas da ANAC.

13.4 Submeter-se a admissão da CONTRATANTE na seleção dos candidatos a vaga, bem como fiscalização na execução dos serviços contratados;

- 13.5** Providenciar juntos aos órgãos competentes (municipal, estadual ou federal) as licenças que se fizerem necessárias ao desempenho de suas atividades, correndo a expensas da CONTRATADA o pagamento de qualquer tributo ou custos pela licença;
- 13.6** Apresentar, sempre que solicitados, os cartões de saúde de seus empregados;
- 13.7** Manter em dia e as suas expensas, Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais de Trabalho e Incapacidade Física de todo o seu pessoal, qualquer que seja sua categoria ou atividade, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto deste contrato, apresentando a CONTRATANTE sempre que solicitadas;
- 13.8** Relatar imediatamente a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços, além de registrar em livro de ocorrências próprio;
- 13.9** Responsabilizar-se por danos ou desaparecimento de equipamentos e/ou outros bens da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por qualquer um dos seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando na execução ou não do objeto contratado;
- 13.10** Fornecer EPI'S necessários a execução dos serviços;
- 13.11** Fornecer à CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitados;
- 13.12** Garantir a participação dos seus empregados nos exercícios simulados e cursos realizados no Aeroporto, zelando para que seus empregados participem dos exercícios simulados (ESAB, ESAIA, ESEA) e demais cursos, treinamentos, reciclagens operacionais e outros realizados no Aeroporto;
- 13.13** Zelar para que seus empregados conheçam e cumpram as atribuições estabelecidas pela Administração Aeroportuária bem como o estabelecido nos planos PLEM, MGSO, PSA, PCINC e demais normas e medidas adicionais de segurança;
- 13.14** Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho executem quaisquer outras atividades, não previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, durante o horário em que estiverem prestando serviço, salvo se forem expressamente determinados pela CONTRATANTE;
- 13.15** Responsabilizar-se legal, administrativa, civil e criminalmente, pela ordeira execução do serviço contratado, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas da CONTRATANTE, indenizando a parte prejudicada, se for o caso;
- 13.16** Responsabilizar-se pelos pagamentos e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando, conforme cláusulas contratuais e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os respectivos comprovantes, bem como efetuar a entrega pelos meios disponibilizados pela contratante de todos os documentos necessários para a fiscalização do contrato supracitado;
- 13.17** Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 13.18** Responsabilizar-se pela utilização dos veículos, equipamentos, ferramentas e qualquer outro instrumento disponibilizado pela CONTRATANTE exclusivamente para o fim a que se destinam e quando em serviço ou em treinamento. Qualquer outra forma de utilização somente poderá ocorrer se houver ordem ou autorização da Administração Aeroportuária SBMG;

- 13.19** Atentar quanto à seleção de seus empregados, mantendo-os, quando em serviço, bem apresentados, limpos e equipados, trajando uniformes e portando, obrigatória e ostensivamente, na altura do peito, Cédula de Identificação/Credenciamento fornecida pela Administração Aeroportuária SBMG no credenciamento, que deverá ser solicitada junto ao setor competente do aeroporto.
- 13.20** Nenhum empregado poderá iniciar suas atividades na SCI, sem que tenha cumprido todos os trâmites burocráticos e recebido a cédula de identificação fornecida pela CONTRATANTE;
- 13.21** Devolver imediatamente as Cédulas de Identificação/Credenciamento dos empregados que foram desligados dos serviços por encerramento do contrato ou rescisão, sem o que, ficarão sustadas as novas emissões de credenciais, sem prejuízo das sanções legais pertinentes;
- 13.22** Determinar aos seus empregados, quando em trânsito pelas dependências do Aeroporto, a utilização ostensiva da cédula de identificação do Aeroporto fornecida pelo aeroporto de Maringá (SBMG), mesmo estando uniformizados;
- 13.23** Devolver à SBMG a credencial em até 48 (horas), no caso de desligamento de empregado;
- 13.24** Apresentar relação nominal dos profissionais designados para atuarem nos SESCINC, comunicando imediatamente quaisquer alterações, com comprovação da qualificação técnica e escala de trabalho de cada um, com endereço completo e respectivos telefones para contato.
- 13.25** Em caso de substituição de empregados, até que sejam cumpridos os treinamentos obrigatórios, os novos contratados deverão cumprir horário administrativo. Nesse período, o Bombeiro Civil de Aeródromo que cumpre horário administrativo passará a laborar em escala de serviço;
- 13.26** Atender imediatamente às solicitações, verbal ou por escrito, da CONTRATANTE, quanto às substituições de empregados considerados inadequados ou inconvenientes para a execução dos serviços, ficando vedado seu retorno para prestação de serviços ao SBMG. Neste caso, a CONTRATADA terá que fazer a substituição imediata por outro empregado que satisfaça às condições previstas, independentemente da possível glosa, do custo homem/hora, na fatura, se a substituição ultrapassar duas horas;
- 13.27** Informar, diariamente, ao coordenador de resposta emergência do SBMG e ao chefe de equipe, as eventuais substituições nas escalas mensais anteriormente estabelecidas;
- 13.28** Não permitir que os Bombeiros Civis de Aeródromo, quando em serviço, se ausentem do local de trabalho;
- 13.29** Apresentar, mensalmente, ao coordenador responsável, Relatório Sumário contendo quantidade de agentes extintores armazenados em cada CCI e em Reserva Técnica; defasagem na quantidade existente, conforme estabelecido na Resolução nº 115 da ANAC; efetivo da SCI; problemas frequentes de equipamentos e instalações; necessidades de materiais; escala efetuada da Equipe de Serviços do mês anterior e sugestões para coordenador de resposta emergência do SBMG.
- 13.30** Efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, assim como fornecer os vales-transportes e os vales refeição e/ou alimentação aos seus empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente;
- 13.31** Assegurar o controle da pontualidade e assiduidade de seus empregados, tomando as medidas necessárias para evitar faltas e atrasos que comprometam a prestação dos serviços;
- 13.32** Cumprir as posturas do Município, e as disposições legais, estaduais e federais, que interfiram na execução do contrato;

- 13.33** Responsabilizar-se pelas ações de preservação ambiental nas áreas ocupadas pelos seus empregados;
- 13.34** Designar como preposto o Chefe do SESCINC, para representá-la perante a CONTRATANTE, em relação aos temas relacionados à execução do Contrato, bem como para exercer autoridade disciplinar, administrativa e operacional sobre o pessoal da SCI e acompanhar as Visitas Técnicas, auditorias e inspeções realizadas pelo SBMG, ANAC e outros órgãos;
- 13.35** Orientar o Chefe do SESCINC para que desenvolva suas atividades atendendo às diretrizes da ANAC e do SBMG, assim como as cláusulas do Contrato;
- 13.36** Designar, quando solicitado pela Administração Aeroportuária do SBMG instrutores e/ou monitores de seu efetivo, para, respeitadas as condições estabelecidas pelas normas e instruções da ANAC, ministrar instruções técnico-especializadas em prevenção, combate a incêndio, resgate e primeiros socorros para a comunidade aeroportuária local e/ou ao seu próprio efetivo;
- 13.37** Manter a disciplina e a ordem nos locais de execução dos serviços, zelando pelo fiel cumprimento de todas as normas vigentes e orientações de segurança do SBMG.
- 13.38** Operar os veículos especializados para salvamento e combate a incêndio, mantendo-os sempre em ótimas condições de operacionalidade (fazer a limpeza do veículo tanto interna como externa), bem como fazer gestões junto à Administração Aeroportuária juntamente com o coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá mesmos recebam a indispensável e conveniente manutenção que não seja de sua responsabilidade;
- 13.39** Manter Bombeiro Civil de Aeródromo no posto de comunicação, com visualização de toda pista, para acompanhar a progressão do voo, bem como operar os sistemas de comunicações disponíveis com o órgão de controle do Aeroporto (Torre de Controle – TWR) e com o COA ou COE do SBMG. A critério poderá ser utilizado para tal, câmeras com monitores e controle de zoom sempre fazendo treinamento para se aperfeiçoar e se capacitar ainda mais na função;
- 13.40** Resgatar e/ou socorrer pessoas ou animais, vitimados por incêndio e outros acidentes ocorridos com aeronaves no sítio aeroportuário, na área de atuação e nas instalações aeroportuárias, incluindo o Terminal de Logística de Carga;
- 13.41** Providenciar o recolhimento de produtos químicos por ventura derramados no Pátio de Manobras e no Terminal de Logística de Cargas;
- 13.42** Auxiliar a equipe de segurança do Aeroporto, quando solicitado, para a retirada de pessoas das pistas de táxi, pouso e decolagem, pátio de estacionamento e adjacências, a fim de providenciar a liberação da área;
- 13.43** Realizar a captura de animais dentro do sítio aeroportuário e, quando determinado, nas suas adjacências;
- 13.44** Não permitir nenhuma retirada de bens do SBMG sob a responsabilidade e guarda do Chefe da SCI, sem a prévia autorização do coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá;
- 13.45** Manter em condições adequadas de armazenamento, todos os agentes extintores, bem como os seus respectivos controles de estoque (prazo de validade, lote, empresa fabricante, etc.);
- 13.46** Combater incêndio em instalações no âmbito da área de atuação até 8 (oito) km e, se for julgado necessário pela CONTRATANTE, fora do raio de 8 (oito) km desde que autorizado pela Administração Aeroportuária Local, onde o fogo ameaça ou possa interferir nas atividades de voo, até a chegada do Corpo de Bombeiros Urbano;

- 13.47** Auxiliar o Corpo de Bombeiros Urbano no combate a incêndio em instalações fora do sítio aeroportuário, quando autorizado pela Administração Aeroportuária Local;
- 13.48** Realizar, em coordenação com o coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá, vistorias regulares às edificações e em torno do sítio aeroportuário, visando à detecção de situações que possam pôr em risco a integridade física do Aeroporto, do patrimônio, da comunidade aeroportuária e respectivos usuários, encaminhando as situações observadas e propostas de medidas corretivas à Administração Aeroportuária Local. Essa atividade não poderá diminuir a capacidade de prontidão na SCI;
- 13.49** Conhecer todos os sistemas de prevenção de combate a incêndios existentes nas dependências do Aeroporto, extintores, mangueiras, hidrantes, sistema de detecção e alarmes e etc.);
- 13.50** Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas constantes do Contrato;
- 13.51** Atentar para os requisitos de urbanidade e bom relacionamento com os empregados do Aeroporto e com o público geral;
- 13.52** Realizar treinamento de brigada de incêndio para os colaboradores da contratada.
- 13.53** Determinar e orientar aos seus empregados que cumpram todas as instruções e procedimentos estabelecidos e/ou recomendados pelo aeroporto de Maringá (SBMG), com ordem, disciplina e eficiência;
- 13.54** Manter, em livro próprio, o registro de todas as situações referentes ao bom andamento do serviço, contendo assinatura e carimbo do informante, inclusive, toda e qualquer ocorrência que envolva a SCI, equipamentos e equipagem, atrasos, faltas e substituições de Bombeiros Civis de Aeródromo, passagem de serviço, efetivo dos turnos, CCI em linha e suas tripulações, CCI de reserva, CCI baixados e período diário do aquecimento dos veículos;
- 13.55** Remunerar o profissional alocado no posto de trabalho para cobertura de outro profissional, com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo os encargos correspondentes e previstos contratualmente;
- 13.56** Estar à disposição dos profissionais alocados nos Postos de Trabalho, sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao trabalho;
- 13.57** A CONTRATADA deverá exercer fiscalização contínua, periódica e sistemática sobre os postos de trabalho sob sua responsabilidade, observando as seguintes diretrizes:
- a)** Manter permanente contato com o responsável pela fiscalização do contrato da CONTRATANTE, especialmente com o Coordenador de Resposta à Emergência, por meio da Coordenação de Salvamento e Combate a Incêndio ou Gerência, visando à pronta solução de eventuais problemas;
 - b)** Acompanhar e garantir o fiel cumprimento das escalas de serviço e das ordens operacionais emitidas aos empregados;
 - c)** Proceder imediatamente à substituição de empregados ausentes, faltantes ou inadequados, de modo a assegurar o efetivo mínimo exigido neste Termo de Referência;
 - d)** Promover a adequada capacitação, treinamento e orientação contínua de seus empregados, garantindo que os postos de trabalho sejam ocupados exclusivamente por profissionais devidamente qualificados;
 - e)** Supervisionar as atividades desempenhadas nos postos de trabalho, assegurando a correta execução dos serviços;
 - f)** Fiscalizar e auxiliar na manutenção da limpeza e organização das áreas de trabalho sob sua responsabilidade;
 - g)** Adotar as medidas necessárias para garantir a disciplina, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços

- 13.58** Ressarcir a SBMG quanto aos custos de credenciamento, observando que o credenciamento deverá ocorrer antes do início dos serviços contratados;
- 13.59** Disponibilizar e manter na sua sala administrativa, um ou mais quadros afixados, que deverão conter avisos, normas, composição das equipes, intervalos para refeição, etc;
- 13.60** Nas trocas de turno, deverá obrigatoriamente ocorrer a passagem formal do serviço, sendo que a equipe que entra, deve receber formalmente todas as informações necessárias da equipe que sai;
- 13.61** Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessárias à execução do objeto do contrato;
- 13.62** A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE as escalas de serviço devidamente atualizadas, com antecedência mínima de 3 (três) meses, bem como comunicar imediatamente quaisquer alterações que venham a ocorrer;
- 13.63** Fornecimento de relatórios mensais individuais de todos os colaboradores, informando a sua carga horaria de treinamento e sua evolução em cada PTR-BA, conforme a RBAC 153.
- 13.64** Nomear líderes responsáveis pelo acompanhamento das atividades, garantindo a correta execução dos serviços, bem como a orientação contínua dos colaboradores. Esses líderes deverão reportar-se ao responsável pela fiscalização dos serviços da Contratante sempre que necessário, tomando providências para a correção de eventuais falhas identificadas;
- 13.65** Responder integralmente pelos cuidados e providências necessárias ao atendimento de seus empregados em casos de acidentes de trabalho ou mal súbito, adotando as medidas cabíveis;
- 13.66** Monitorar e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos nacionais e internacionais por parte de seus funcionários, colaboradores e contratados, garantindo conformidade com as normas aeronáuticas e aeroportuárias;
- 13.67** Atuar em conformidade com a **Política de Segurança Operacional** estabelecida pelo operador aeroportuário, cumprindo todas as diretrizes do **Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO)**;
- 13.68** Participar, quando convocado, das reuniões da **Comissão de Segurança Operacional (CSO)**. A ausência do representante da empresa só será permitida mediante justificativa prévia aceita pela administração aeroportuária;
- 13.69** Incentivar e fiscalizar seus funcionários, colaboradores e contratados para que atuem de forma proativa na prevenção de acidentes e incidentes nas áreas operacionais do aeroporto, promovendo uma cultura de segurança e incentivando o relato de situações de risco à segurança operacional;
- 13.70** Colaborar com a Administração Aeroportuária, sempre que solicitado, na análise dos impactos sobre a Segurança Operacional, contribuindo para a eficácia do **Gerenciamento de Risco da Segurança Operacional**;
- 13.71** Cumprir e atuar conforme os requisitos estabelecidos no **MANUAL DE OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIA (MOPS)** do Aeroporto.
- 13.72 Efetivo Operacional:** A CONTRATADA deverá disponibilizar efetivo de Bombeiros de Aeródromo (Civis) em quantidade suficiente para garantir o funcionamento ininterrupto do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC), conforme os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação

13.73 O efetivo deverá atender à categoria de proteção contra incêndio do aeródromo, garantindo a pronta resposta em situações de emergência aeronáutica.

13.74 Treinamentos Obrigatórios; A CONTRATADA deverá garantir que seus profissionais estejam com treinamentos atualizados, incluindo, no mínimo:

- a) Combate a incêndio em aeronaves;
- b) Salvamento em acidentes aeronáuticos;
- c) Atendimento Pré-Hospitalar (APH);
- d) Operação de viaturas de combate a incêndio;
- e) Treinamentos periódicos de atualização exigidos pela regulamentação da ANAC.
- f) Qualificar seus empregados com o Curso de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos, conforme previsto no Apêndice “E”, da IS nº 175-001, 08.12.2009.
- g) Realizar o Treinamento de Formação Técnica de Bombeiros para Aeródromo –FTBA e Operador de Carro Contraincêndio e suas atualizações;
- h) Realizar o Curso de Aperfeiçoamento Técnico para Bombeiros de Aeroportos –ATEBA, de acordo com cronograma a ser definido;

13.75 Escala de Serviço; A CONTRATADA deverá garantir a manutenção do efetivo operacional em regime de escala que assegure a disponibilidade do serviço durante todo o horário de funcionamento do aeródromo, mantendo prontidão imediata para resposta a emergências aeronáuticas.

13.76 Tempo de Resposta; A equipe deverá estar preparada para atender aos requisitos de tempo de resposta operacional estabelecidos pela ANAC, garantindo a mobilização e deslocamento imediato das viaturas do Serviço de Combate a Incêndio.

13.77 Integração com o Plano de Emergência do Aeródromo; A equipe da CONTRATADA deverá participar das atividades previstas no Plano de Emergência do Aeródromo (PEA), incluindo, exercícios simulados de emergência, treinamentos operacionais, ações de resposta a emergências aeronáuticas.

13.78 Equipamentos e Uniformes; Os profissionais deverão utilizar uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às atividades de combate a incêndio aeronáutico, conforme normas técnicas e procedimentos operacionais estabelecidos pelo aeroporto.

13.79 Conduta Operacional; Os profissionais da CONTRATADA deverão cumprir integralmente os procedimentos operacionais, normas de segurança aeroportuária, normas da ANAC e regulamentos internos da CONTRATANTE.

13.80 O setor designado agirá em nome da SBMG, com plenos poderes para fiscalizar, supervisionar e controlar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e, ainda, fiscalizar e avaliar os aspectos de limpeza e conservação das áreas concedidas.

13.81 A fim de assegurar a consecução do preconizado no item anterior, o setor designado poderá, a seu critério e a qualquer momento, orientar os empregados da CONTRATADA por meio de seu preposto ou representante no momento (chefe de equipe de serviço), no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma, mais eficientes.

13.82 Fazendo-se necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização poderá, a seu critério e a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a CONTRATADA, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo toda via a SBMG, a

decisão final, que ficará registrada em ata.

13.83 O SBMG poderá solicitar o imediato afastamento de empregado da CONTRATADA que embarçar ou dificultar sua ação fiscalizadora ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição do mesmo, às suas exclusivas expensas.

13.84 O SBMG manterá contínua avaliação sobre os serviços, com o objetivo de averiguar o cumprimento das obrigações contratuais. As deficiências e/ou irregularidades eventualmente constatadas serão comunicadas da seguinte forma:

a) VERBAIS: nos casos rotineiros ou de urgência; e

b) POR ESCRITO: nas situações mais complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo para a correção da irregularidade. As comunicações formais serão registradas em diário de ocorrências ou através de correspondência formal (ofício).

13.85 A omissão total ou parcial da SBMG não eximirá a CONTRATADA de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços, nas condições previstas neste Termo de Referência.

13.86 Será obrigatório que, previamente à contratação, todo candidato seja submetido e aprovado em Teste de Aptidão Física (TAF), a ser realizado pela empresa contratada acompanhado em conjunto com a contratante, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do RBAC 153.37(d) e da IS 153.37-001B, ou normativas que venham a substituí-las.

13.86.1 Caso o candidato não seja considerado apto no TAF, a empresa contratada deverá adotar as providências cabíveis, não sendo permitida sua contratação até que atenda aos requisitos exigidos.

13.86.2 Para colaboradores já contratados, o TAF deverá ser aplicado periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, conforme exigência normativa. Na hipótese de inaptidão, o colaborador deverá ser imediatamente substituído, permanecendo afastado de suas funções até que seja novamente considerado apto.

13.86.3 Adicionalmente, em eventuais testes realizados pela ANAC durante ações de fiscalização, caso seja constatada a inaptidão de qualquer colaborador, a empresa contratada deverá providenciar sua substituição imediata, garantindo a continuidade dos serviços em conformidade com a legislação vigente.

13.87 Após assinatura do contrato de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá contatar a equipe do SBMG para agendamento de reunião de início dos trabalhos na sede do Aeroporto Regional de Maringá (SBMG).

14 CREDENCIAMENTO

14.1 A CONTRATADA deverá providenciar, com antecedência necessária, o Cartão de Credenciamento Aeroportuário, fornecido pela SBMG, para todo o pessoal a ser empregado nos serviços realizados, inclusive nas áreas restritas do Aeroporto, correndo por sua conta exclusiva as despesas inerentes de tal processo, bem como realizar a devida apresentação dos todos os empregados à Gerência e Coordenação da SBMG.

14.2 Sempre que houver um novo empregado, o mesmo deverá ser apresentado à Gerência e/ou Coordenação da SBMG antes de iniciar o serviço.

14.3 Os custos do Cartão de Credenciamento Aeroportuário DEFINITIVA (Validade 02 anos) dos trabalhadores serão ressarcidos pela Empresa Contratada, conforme normatizado pela SBMG, devendo o credenciamento ocorrer antes do início dos serviços contratados.

14.4 Os funcionários deverão ostentar o Cartão de Credenciamento Aeroportuário de identificação fornecida pela

SBMG, quando em trânsito pelas dependências da Contratante, mesmo estando uniformizados.

- 14.5** Os funcionários que se apresentarem para execução de suas atividades sem portar o seu Cartão de Credenciamento Aeroportuário não terão seu acesso permitido.
- 14.6** A CONTRATADA deverá manter o controle do vencimento dos Cartões de Credenciamento Aeroportuário de seus empregados e solicitar à SBMG com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis a renovação dos mesmos.
- 14.7** É de responsabilidade da CONTRATADA a devolução, no máximo, em até 02 (dois) dias úteis, dos Cartões de Credenciamento Aeroportuário vencidos e o dos funcionários desligados, a contar da data de desligamento.
- 14.8** Nos casos de extravio ou perda Cartão de Credenciamento Aeroportuário deverá ser encaminhado a SBMG juntamente com a solicitação formal de emissão de nova cédula o Boletim de Ocorrência Policial ou Declaração registrada em cartório, onde esteja declarado claramente o extravio do mesmo. O prazo para regularização é de 02 (dois) dias úteis. Somente após apresentação de um dos documentos acima mencionado será efetuada a emissão de novo Cartão de Credenciamento Aeroportuário e as custas para nova emissão correrão por conta da contratada.
- 14.9** A Credencial deverá ser solicitada ao Setor de Credenciamento da CONTRATANTE, com fornecimento dos documentos previstos legalmente, sendo que arcará com os custos dos mesmos.
- 14.10** Relação dos documentos necessários para obtenção da Credencial para Acesso Restrito, conforme determinação prevista no RBAC-ANAC 107, capítulos 107.93 a 107.97, conforme relação abaixo:
- ü Formulário de informações pessoais
 - ü Formulário de solicitação de credenciamento;
 - ü Documento válido com foto (RG e CPF ou CNH)
 - ü Comprovante de endereço atual ou declaração de endereço;
 - ü Foto recente com fundo neutro;
 - ü Comprovante de Vínculo empregatício (contrato de trabalho, CTPS);
 - ü SISCAER
 - ü Certidão Estadual Criminal
 - ü Certidão Federal Criminal
 - ü Certificado do curso AVSEC;
 - ü Certificado do curso SGSO;
 - ü Certificado do curso de Direção Defensiva (para os operadores de veículo)
- 14.11** A contratada deverá apresentar com 15 (quinze) dias de antecedência ao início das atividades, cópia dos certificados de conclusão do Curso de Familiarização AVSEC, Familiarização SGSO e Direção Defensiva, estando sujeita à rescisão contratual, caso essa exigência não seja cumprida. Dessa forma, a CONTRATADA apresentará a CONTRATANTE pessoal treinado e em condições de desenvolver imediatamente os serviços, submetendo os empregados a reciclagens anuais.
- 14.12** Havendo novas contratações, os novos funcionários terão prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos certificados de conclusão do curso de familiarização AVSEC, familiarização SGSO e Direção Defensiva

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos deste TERMO DE REFERÊNCIA e dos documentos dele decorrentes, e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem encargos específicos da CONTRATANTE;

- 15.1** Fornecer a CONTRATADA todos os dados e informações necessários a execução do objeto do contrato, considerando a natureza dos mesmos;
- 15.2** Fornecer à CONTRATADA, mediante pagamento, o Cartão de Credenciamento aeroportuária de seus empregados.
- 15.3** Fiscalizar o cumprimento do contrato, por meio de acompanhamento, controle e verificação da execução dos serviços, por intermédio do fiscal designado;
- 15.4** Efetuar os pagamentos mensalmente à contratada, de acordo com os serviços efetivamente executados, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

16 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1** A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA os valores correspondentes ao número efetivo de postos de trabalho disponibilizados por esta última no mês de referência.
- 16.2** As notas fiscais de serviços que envolverem retenção devem ser emitidas até o quinto dia do mês subsequente à prestação do serviço, com o pagamento a ser efetuado até o dia 30 do mesmo mês.;
- 16.3** As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seus vencimentos correrão 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.
- 16.4** Caso algum funcionário não compareça ao turno de serviço para o qual estava escalado, e a empresa CONTRATADA não consiga substituí-lo, a falta será descontada do valor mensal devido à empresa, não podendo de forma alguma haver prejuízo à operação.
- 16.5** O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação.
- 16.6** Na eventualidade de aplicação de multas à CONTRATADA, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 16.7** O pagamento da última parcela devida à CONTRATADA, ao final do prazo contratual, somente será liberado após a apresentação por esta, da quitação integral das verbas trabalhistas e tributárias referentes aos contratos de trabalho de seus colaboradores.
- 16.8** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela SBMG, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira pelo Índice de Preços do Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.9 A SBMG fará as retenções de acordo com a legislação vigente bem como poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do recolhimento dos encargos legais.

16.10 A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura os documentos a seguir referentes à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

- a)** Prova de regularidade com a apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeito negativa de Débitos Trabalhistas; Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Estadual; Municipal e Certidão de Regularidade do FGTS.
- b)** Relação de Empregados – RE (do mês anterior), bem como informações enviadas ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.
- c)** Folha de Pagamento específica do Contrato, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, do mês da prestação dos serviços e seus comprovantes pertencentes.
- d)** Cartão ponto dos funcionários, bem como comprovante da entrega dos benefícios mencionados na convenção e/ou acordo coletivo.

16.11 O pagamento mensal será realizado mediante a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

17 DA REPACTUAÇÃO

17.1. Por ocasião do pleito de reajuste ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

17.2. O preço contratual poderá se repactuado, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal a data base de cada ano do acordo coletivo do Sindicato da categoria.

17.3. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente;

17.4. Caso a CONTRATADA não requeira a repactuação e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar;

17.5. Caso as negociações para a celebração do acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou a solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo e, nesse intervalo, a SBMG convoque a contratada para uma prorrogação contratual, caberá à contratada inserir no termo aditivo a ser celebrado cláusula por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção devidamente registrado.

17.6. Na primeira repactuação, além do custo da mão-de-obra, poderão ser contemplados todos os componentes de custo deste Contrato, desde que tenham sofrido variação a partir da data de apresentação da proposta, mediante demonstração analítica dessa variação devidamente justificada e comprovada, de modo a que todos estejam atualizados na mesma data;

17.7. O novo pedido de repactuação poderá ser concedido depois de decorrido doze meses da última repactuação ou da data de indenização, conforme o caso;

17.8. Por ocasião do pleito de repactuação ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

17.9. Requerimento, com vistas à majoração ou redução de preços;

17.10. Demonstração de desequilíbrio, com a apresentação de duas planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta;

17.11. Comprovação dos valores dos itens a serem revisados ou repactuados, feita através de diversos meios (revistas, periódicos, órgãos públicos, etc), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.

17.12. A SBMG poderá também propor a repactuação ou revisão de preços à CONTRATADA, desde que se faça necessário recompor a equação do contrato em favor da Administração, para adequá-lo às reais condições ajustadas inicialmente.

17.13. Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato do Poder Executivo ou por dispositivo legal.

17.14. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Caso de Alteração da CAT/SESCINC;

a) Em caso de alteração da categoria do aeródromo e/ou da Categoria de Combate a Incêndio (CAT) do SESCINC, que implique modificação das condições inicialmente contratadas, especialmente quanto ao aumento ou redução do efetivo, inclusão de novas funções operacionais ou alteração de requisitos técnicos, ficará assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) O reequilíbrio deverá ser solicitado pela parte interessada, mediante apresentação de documentação comprobatória que evidencie o impacto das alterações nos custos da execução contratual, incluindo, quando aplicável:

i. Variação no quantitativo de profissionais;

ii. Inclusão de novas funções, como Líder de Resgate (LR) e outras previstas em normativos da ANAC;

iii. Alterações salariais decorrentes de convenções coletivas ou exigências regulatórias;

iv. Custos adicionais com capacitação, certificações e treinamentos obrigatórios;

v. Demais custos diretamente relacionados à adequação às novas exigências operacionais.

c) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será formalizada por meio de termo aditivo contratual, garantindo a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente pactuada.

d) Na hipótese de redução da CAT ou do efetivo exigido, o contrato poderá ser ajustado proporcionalmente, com a devida adequação dos valores contratuais.

e) Ressalta-se que tais alterações decorrem de fato superveniente, alheio à vontade das partes, vinculado à dinâmica operacional do aeródromo e às exigências regulatórias da ANAC, enquadrando-se como hipótese legítima de recomposição do equilíbrio contratual.

18 DAS NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

18.1 A CONTRATADA obriga-se a respeitar, cumprir e observar para execução dos serviços objeto deste contrato, por si ou por terceiros por ela contratados, todas as normas relativas à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio

Ambiente, sejam leis, decretos, regulamentos, instruções normativas, normas técnicas da ABNT, notas técnicas, RBACs e demais requisitos legais aplicáveis, em especial as Normas Regulamentadoras previstas na Portaria 3.214/78, com suas alterações ocorridas, bem como as disposições contidas no contrato, seus anexos e nas normas internas da CONTRATANTE.

18.2 A contratada será responsável por garantir que todos os seus colaboradores estejam devidamente aptos física e mentalmente para o desempenho das atividades, devendo manter atualizados os exames médicos ocupacionais previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07).

18.3 A contratada deverá implementar e manter atualizado o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR (NR-01), contemplando os riscos inerentes às atividades de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromo.

18.4 Todos os profissionais deverão receber treinamentos obrigatórios de segurança do trabalho, bem como orientações sobre prevenção de acidentes, riscos ocupacionais e procedimentos de emergência.

18.5 Todos os documentos previstos na legislação devem ser submetidos para análise e/ou aprovação da CONTRATANTE. Entre os documentos recorrentemente solicitados pela CONTRATANTE, estão:

- a. Relação Nominal de empregados;
- b. Informações mensais relativas a HHT e dados de funcionários, incidentes e acidentes;
- c. Evidência de diálogos de segurança realizados mensalmente;
- d. Análise Preliminar de Risco de todas as atividades a serem executadas, devidamente assinada por profissional competente;
- e. Ordem de Serviço de Segurança – OSS, NR 01;
- f. Programa de Gerenciamento de Riscos, NR 01;
- g. Registro no Ministério do Trabalho de seu SESMT – Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;
- h. Cópia dos quadros estatísticos previstos na NR 04;
- i. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, incluindo o Relatório Anual, NR 07; I) Programa de Conservação Auditiva - PCA com anotação de responsável técnico;
- j. ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, quando aplicável, contendo a informação de exames complementares e explicitamente a descrição de APTO para trabalhos realizados em altura, elétrica ou espaços confinados;
- k. Quando aplicável evidência de atendimento da NR 11;
- l. Laudo Técnico de Periculosidade e Insalubridade com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA, conforme NR 15 e 16;
- m. Procedimento de Permissão de Trabalho para as atividades especiais (altura, elétrica, espaço confinado e a quente);
- n. Programa de Prevenção do risco associado ao consumo de Substâncias Psicoativas (álcool e drogas) na Aviação Civil – Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº120 *item obrigatório para qualquer atividade enquadrada no RBAC-120.

- 18.6** A empresa contratada deverá assegurar o cumprimento das normas relacionadas ao uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme estabelecido na NR-06, garantindo que os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso e devidamente certificados, e Fichas de distribuição dos Equipamentos de Proteção Individual;
- 18.7** Os colaboradores deverão observar rigorosamente as normas de segurança estabelecidas pelo Aeroporto de Maringá, incluindo procedimentos operacionais, regras de circulação em área operacional e demais diretrizes de segurança aeroportuária;
- 18.8** A contratada será integralmente responsável por quaisquer acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou danos decorrentes do descumprimento das normas de segurança, devendo adotar todas as medidas necessárias para prevenção de riscos e proteção de seus empregados;
- 18.9** Sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, a empresa deverá apresentar documentação comprobatória relacionada à saúde e segurança do trabalho, tais como: exames ocupacionais, fichas de EPI, treinamentos realizados e programas de gestão de riscos;
- 18.10** Deve a CONTRATADA paralisar, total ou parcialmente, os serviços objetos deste contrato que apresentarem riscos à saúde e/ou integridade física dos empregados envolvidos;
- 18.11** Deve a CONTRATADA nomear um representante legal da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio) e/ou constituir a CIPA caso se enquadre nesta obrigatoriedade conforme NR 5.
- 18.12** No evento de qualquer acidente ou incidente, a CONTRATADA obriga-se a:
- a. Prestar socorro aos seus empregados, subcontratados ou terceiros envolvidos;
 - b. Comunicar imediatamente o responsável do contrato;
 - c. Elaborar relatório de investigação do evento e disponibilizar ao contratante para análise. Até o 5º dia útil do mês subsequente, a CONTRATADA deve encaminhar à contratante relatório estatístico contendo: Quantidade de empregados ativos, lista contendo nome, cargo, turno de trabalho e designativo de acesso da credencial, horas homem trabalhadas, quantidades de acidentes ou incidentes, tipos de acidentes, dias de afastamento, perdidos e debitados, análise Preliminar de Riscos ministradas no período, diálogos de Segurança ministrados no período, permissões de Trabalho utilizadas no período

19 CONDIÇÕES GERAIS

- 19.1** A jornada de trabalho dos serviços poderá ser estendida ou alterada, sempre preservada a carga horária contratada quando a necessidade do serviço o exigir.
- 19.2** Os profissionais encarregados da prestação dos serviços deverão apresentar-se uniformizados, sendo os uniformes fornecidos pela CONTRATADA.
- 19.3** Os uniformes deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE.
- 19.4** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as determinações da CONTRATANTE.
- 19.5** Os profissionais utilizados devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos/ uniformizados, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.
- 19.6** A CONTRATANTE solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente, ou que não atender a execução dos serviços.
- 19.7** O controle de frequência deverá ser definido pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento.
- 19.8** A CONTRATADA será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano e/ou prejuízo causado.
- 19.9** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal de segurança e medicina do trabalho.
- 19.10** O preço apresentado pelas licitantes para cada categoria profissional deverá incluir todos os custos relacionados com a remuneração, encargos sociais incidentes sobre os serviços, além das despesas com

fornecimento de uniformes, treinamento, EPI'S, insumos, além de equipamentos de segurança, e todos os demais custos diretos e indiretos incidentes.

19.11 Os serviços deverão ser prestados de acordo com Plano de Trabalho apresentado pela licitante vencedora, e serão ordenados pelo responsável do Contrato, junto à Contratada.

19.12 A substituição de profissionais por falta ou por férias é de responsabilidade da CONTRATADA.

20 PENALIDADES:

20.1 Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Contratos SBMG, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas:

20.2 PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:

- a)** Advertência;
- b)** Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c)** responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.3 No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.

20.4 O valor da multa aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado do montante a que teria direito. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

20.5 Configura-se falta grave, passível de rescisão contratual por inexecução contratual, sem prejuízo de outras previstas na Lei 13.303/16, atrasos injustificados no cumprimento do objeto contratual, mediante apuração.

20.6 A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, fraudar qualquer documento, retirar sua proposta de preços após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Maringá, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem.

20.7 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 13.303/2016 à licitante que:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

20.8 Pelo atraso no início da execução dos serviços e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 20.2;
- b)** A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

- 20.9** O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.
- 20.10** A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.
- 20.11** Quando a proponente não mantiver a sua proposta, apresentar documento e/ou declaração falsa em qualquer fase do procedimento licitatório, deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória de 2% e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas na Lei 13.303/16.
- 20.12** A desistência ou abandono contratual configuram infrações contratuais, e serão punidas com as penalidades constantes no item 20.2.
- 20.13** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas nos incisos anteriores, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do cadastro de fornecedores da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.

21 GARANTIA CONTRATUAL

- 21.1** Para garantia fiel da execução dos compromissos ajustados no presente CONTRATO, a CONTRATADA prestará a caução correspondente a **10% (dez por cento)** do valor global do contrato, em até **15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato**, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 70 § 1 da lei 13.303/16:
- a)** caução em dinheiro,
 - b)** Seguro-garantia ou
 - c)** Fiança bancária;
- 21.2** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim.
- 21.3** Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;
- 21.4** A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Maringá-PR.
- 21.5** No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida SBMG.
- 21.6** A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.
- 21.7** Uma vez aplicada a multa à Contratada e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.
- 21.8** Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços, a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação;
- 21.9** O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do contrato;

21.10 Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

Justificativa: Justifica-se a garantia contratual solicitada em virtude das recorrentes condenações trabalhistas subsidiária e/ou abandono contratual devido a incapacidade e/ou insuficiência financeira das Contratadas fornecedoras de mão de obra continuada operacional, que deixam de cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias ao estado e aos colaboradores o que provocam elevados riscos financeiros e operacionais a CONTRATANTE. Nesse passo, a SBMG entende que como forma de prevenção e mitigação dos riscos a garantia exigida é razoável. Tal justificativa encontra respaldo no § 3º, art. 70, da lei 13.303/16.

22 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

22.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, emitida há, no máximo, **120 (cento e vinte) dias**;
- b) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;
- d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) **Ata**, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

Justificativa: Os documentos são relevantes para a verificação da regularidade jurídica dos licitantes e do enquadramento de suas atividades ao objeto do certame.

22.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de **Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de **Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, **(Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

I - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

II - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Justificativa: A regularidade fiscal tem como objetivo garantir a execução do contrato e atender os valores da probidade com a Administração Pública.

22.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, da data da abertura deste pregão;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.;

b.1) Entende-se por “boa situação financeira”

i. Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação no prazo de 12 meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. **OU** a comprovação dos seguintes índices:

ii. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE [$LC = AC/PC$] igual ou superior a 1 (um inteiro), em que

LC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

iii. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL [$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$] igual ou superior a 1 (um), em que:

LG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

iv. GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL [GEG = (PC + ELP) / (AT)] menor ou igual a 1 (um inteiro), em que:

GEG = Grau de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

b.2) Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

- I. As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;
- II. As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- III. As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;
- IV. As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;
- V. Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- VI. Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;
- VII. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa;
- VIII. Serão aceitos balanços intermediários a fim de comprovar as exigências do item “IV”, desde que haja previsão desta modalidade no Contrato Social;
- IX. As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

OBS: O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar diligências a fim de comprovar a veracidade, solidez e consistência dos saldos contábeis. Caso não seja atendido satisfatoriamente, com segurança razoável a diligência, a licitante poderá ser desclassificada / inabilitada

22.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou ou executa Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC), devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- identificação da entidade emitente;
- descrição dos serviços prestados;
- período de execução;

· declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

a2) O(s) atestado(s) deverá comprovar, no mínimo, 07 (sete) postos de trabalho.

a3) O(s) atestado(s) de capacidade técnica deve(m) comprovar a categoria CAT 7, referente ao SESCINC, ou categoria superior;

a4) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

b) Declaração da licitante de que, caso seja vencedora do certame, disponibilizará profissionais devidamente habilitados, treinados e em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos pela ANAC para atuação no Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC) na categoria (CAT) 7, ou categoria superior, em caso de alteração de categoria do SESCINC do Aeroporto Regional de Maringá.

Justificativa da Exigência de Qualificação Técnica:

Em conformidade, a exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se em razão da natureza especializada dos serviços a serem contratados. Tal exigência visa comprovar que a futura contratada possui experiência prévia e idoneidade técnica, assegurando que os serviços serão executados com eficiência, qualidade e segurança, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

O Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC) possui características altamente específicas, distinguindo-se significativamente de outros serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra. Trata-se de atividade diretamente relacionada à preservação de vidas humanas, à segurança operacional e à continuidade das operações aeroportuárias.

A atuação no ambiente aeroportuário exige o cumprimento de requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), incluindo a obrigatoriedade de formação específica, cursos de habilitação, atualização e especialização para os profissionais que desempenham a função de bombeiro de aeródromo civil, atividades físicas e (TAF).

Além disso, as atividades envolvem a operação de equipamentos especializados de alto valor agregado, exclusivos do ambiente aeroportuário. A utilização inadequada desses equipamentos pode resultar em falhas operacionais, indisponibilidade do serviço, paralisação das operações aéreas e, em situações críticas, risco à vida.

Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação tem como objetivo garantir que apenas empresas devidamente qualificadas participem do certame, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais com o nível de qualidade e segurança exigido.

Quanto aos quantitativos e ao período mínimo de comprovação exigidos nos atestados de capacidade técnica, estes foram definidos com base no efetivo previsto para o SESCINC, buscando compatibilidade com a futura execução contratual, sem prejuízo à ampla participação de licitantes, em consonância com as orientações constantes.

Diante do exposto, entende-se como pertinente e necessária a exigência de qualificação técnica, considerando que os serviços a serem contratados são essenciais, contínuos e diretamente vinculados à segurança aeroportuária e à salvaguarda da vida humana.

22.1 Documentos relativos à VISITA TÉCNICA

a) Atestado de Visita Técnica emitido pela SBMG S/A, em nome da licitante, comprovando que esta, por meio de

seu representante devidamente identificado, realizou visita ao local de execução dos serviços objeto da presente licitação, tomando conhecimento de todas as condições, características, instalações e demais aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução dos serviços, bem como dos detalhes e condições necessárias ao atendimento das obrigações contratuais; ou

b) Declaração emitida pela licitante (conforme Anexo do Edital), informando que possui pleno conhecimento das condições locais para execução do objeto da licitação, bem como das peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e declarando que não utilizará tal condição para quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar reivindicações de natureza técnica ou financeira junto à CONTRATANTE.

OBS. 1: Quando da realização da visita técnica, a SBMG S/A emitirá documento comprobatório atestando que a licitante enviou representante para conhecimento das instalações, o qual deverá ser anexado aos documentos de habilitação.

OBS. 2: Para a realização da visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá entrar em contato com o Coordenador de Resposta à Emergência do Aeroporto de Maringá, no horário das 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, até o último dia útil anterior à data de abertura do pregão. O agendamento poderá ser realizado pelos telefones (44) 3366-3838 ou (44) 3366-3845, com o Sr. Juan Carlos O. Maldonado.

23 DAS PROPOSTAS:

23.1 A proposta financeira deve levar em consideração a quantidade de turnos de serviço e horas mensais trabalhadas especificadas no Termo de Referência e legislação trabalhista, bem como indicar o sindicato representativo da categoria profissional da localidade da prestação de serviço (Acordão 2986/19 STP – TCE-PR), sob pena de desclassificação da empresa proponente.

23.2 A proposta de preços deverá ser elaborada rigorosamente de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e no último acordo, convenção ou dissídio coletivo da Categoria Sindical, que os empregados serão filiados da localidade da prestação de serviço, anexando na proposta, bem como na legislação tributária e trabalhista vigentes.

23.3 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste termo de referência, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que previrem valores salariais (salário e benefícios) inferiores aos constantes do acordo coletivo indicado da categoria.

23.4 A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas no edital e seus anexos.

23.5 Empresa optante pelo Simples Nacional, cujas atividades estejam inclusas, por ocasião da contratação, nas vedações ao ingresso no Simples Nacional, não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante, nestes casos, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços (anexos) conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Presumido ou Lucro Real).

23.6 A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

23.7 A empresa optante pelo Simples Nacional deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante disponibilização da mão de obra com dedicação exclusiva (situação que gera vedação a opção pelo regime tributário do Simples) à Receita Federal do Brasil – RFB, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a vedação, conforme dispõe o art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

23.8 No caso de não apresentação da cópia do ofício, no prazo estabelecido acima, a CONTRATANTE irá representar à Receita Federal do Brasil – RFB do domicílio tributário da empresa contratada, juntando a documentação pertinente, para fins de sua exclusão de ofício e aplicação das sanções previstas em Lei, se entender cabível;

23.9 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido as microempresas e empresas de pequeno porte, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

23.10 A empresa licitante vincula-se à proposta salarial apresentada, inclusive quanto aos benefícios. Os parâmetros previamente definidos serão tomados como base para a realização de revisões, reajustes e repactuações contratuais, bem como para fiscalização das obrigações trabalhistas da contratada pela contratante.

23.11 A empresa licitante vincula-se à planilha financeira inclusive os encargos, tributos sendo obrigado a repassar a CONTRATANTE qualquer benefício tributário que venha gozar de consequente desoneração fiscal e ou/ trabalhista.

23.12 Não será aceito, em nenhuma hipótese, o consórcio parcial ou total entre empresas;

24 GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

	Nome	Cargo/Função
Titular	Juan Carlos Oliveira Maldonado.	Coordenador de Resposta à Emergência.

25 Telefones para Informações:

Assuntos sobre especificações técnicas: (44) 3366-3845 – Coordenador de Resposta à Emergência.

Assuntos relacionados com documentos e editais:(44) 33366-3847 3366-3854 – Coordenação de Compras e Licitações.

26 Responsáveis pela Elaboração do termo de Referência:

<hr/> Juan Carlos Oliveira Maldonado <i>Responsável pela Elaboração do Termo de Referência</i>	
--	--

Maringá – PR, 21 de maio de 2026.

EQUIPE DE APOIO:

Nome: **GRAZIELLE MARINI SILVA**

RG: 13xxxxx37 SSP/PR

CPF: 067.xxx.xxx-17

Matrícula: 85.001

Cargo: Auxiliar Administrativo

Nome: **ALANA LUCIA ORO**

RG: 7XXXXX68-6 SSP/PR

CPF: 04XXXXXXXX-29

Matricula: 73001

Cargo: Analista AVSEC

Nome: **EDIVANIR ALVES DE ALMEIDA**

RG: 1XXXXX1-9 SSP/PR

CPF: 02XXXXXXXX-30

Matricula: 1041001

Cargo: Coord. de Operações



Documento assinado eletronicamente por **Juan Carlos Oliveira Maldonado**, **Coordenador(a) de Resposta a Emergência**, em 21/05/2026, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8625947** e o código CRC **4A7FCEF0**.

Referência: Processo nº 41.12.00000067/2026.91

SEI nº 8625947